

**Base de Preparação – Abril 2026**

**Relatório Integrado YDUQS 2025**

**YDUQS**

# Sumário

- 1. Introdução ..... 3
- 2. Limites organizacionais e exceções no escopo do Relatório ..... 3
- 3. Informações contábeis, moedas e conversões ..... 5
- 4. Materialidade ..... 5
- 5. Sistemas de reporte ..... 5
- 6. Detalhamento dos critérios de reporte ..... 6
- 7. Tabela de Indicadores e Critérios ..... 7

## 1. Introdução

Este documento é a base de preparação para o Relatório Integrado 2025 YDUQS Participações S.A., com o objetivo de facilitar a compreensão das limitações e premissas adotadas durante a elaboração do reporte, bem como garantir que esteja aderente aos critérios necessários para a etapa de asseguarção das informações.

A YDUQS Participações S.A, uma das maiores organizações privadas no setor de ensino superior no Brasil, é , é composta pelas instituições de ensino Estácio, Ibmec, IDOMED e Wyden, oferecendo educação Presencial, Semipresencial e Educação a Distância (EaD). Operamos também as edtechs HardWork Medicina e Quest Edu – plataforma que integra Qconcursos, Damásio Educacional, Folha Dirigida, Prisma, Eu Militar, Pro Enem e Pro Medicina.

Temos o propósito de elevar a qualidade e transformar o ensino superior no país. Com sede no Rio de Janeiro (RJ) e mais de 55 anos de trajetória, atuamos em todas as regiões por meio de um portfólio amplo e diversificado de instituições e modalidades de ensino. A asseguarção limitada é realizada pela PwC e terá como escopo uma amostragem de indicadores da Global Reporting Initiative (GRI) a serem listados no Sumário de Conteúdo da GRI do presente documento. Para garantir o compromisso com a transparência e a prestação de contas a todos os stakeholders, referente ao exercício de 2025, o documento segue as principais metodologias e estruturas de reporte, como os princípios advindos do International Integrated Reporting Council (IIRC) –que foi incorporado pela International Financial Reporting Standards (IFRS); as métricas da Sustainability Accounting Standards Board (SASB) específicas do setor de educação; e as normas da Global Reporting Initiative (GRI).

## 2. Limites organizacionais e exceções no escopo do Relatório

O Relatório Integrado 2025 segue os limites concentrados nas operações da YDUQS Participações S.A. Aborda a gestão estratégica, a forma de gestão dos temas materiais, principais iniciativas e resultados obtidos pela companhia e suas consolidadas. Na abordagem dos desempenhos operacional e socioambiental estão consolidadas informações de toda a companhia.

A YDUQS consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

Entidades incluídas no Relatório Integrado da organização:

- Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. (“SESES”)

- Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. (“IREP”)
- União dos Cursos Superiores SEB Ltda. (“Estácio Ribeirão Preto”)
- Sociedade Educacional Atual da Amazônia (“ATUAL”)
- Sociedade Educacional do Rio Grande do Sul S/S Ltda. (“FARGS”)
- Unisãoluis Educacional S.A (“UNISÃOLUIS”)
- Sociedade Educacional da Amazônia (“SEAMA”)
- Instituto de Ensino Superior Social e Tecnológico Ltda. (“FACITEC”)
- Associação de Ensino de Santa Catarina (“ASSESC”)
- Instituto de Estudos Superiores da Amazônia (“IESAM”)
- Centro de Assistência ao Desenvolvimento de formação Profissional Unicel Ltda. (“Estácio Amazonas”)
- Centro de Ensino Unificado de Teresina (“CEUT”)
- Faculdades Integradas de Castanhal Ltda. (“FCAT”)
- Sociedade Empresarial de Estudos Superiores e Tecnológicos Sant’Ana Ltda. (“FUFS”)
- Sociedade de Ensino Superior Toledo Ltda. (“Unitoledo”)
- Damásio Educacional Ltda. (“DAMÁSIO”)
- YDUQS Educacional Ltda. (“UNIFANOR”)
- Instituto de Ensino Superior da Amazônia Ltda. (“FMF”)
- Sociedade Educacional Ideal Ltda. (“IDEAL”)
- IBMEC Educacional Ltda. (IBMEC)
- Região Tocantina de Educação e Cultura Ltda. (FACIMP)
- Sociedade de Educação do Vale do Ipojuca Ltda. (FAVIP)
- Centro de Educação de Rolim De Moura Ltda. (“FSP”)
- Centro de Educação do Pantanal Ltda. (“FAPAN”)
- Pimenta Bueno Serviços Educacionais Ltda. (“FAP”)
- União Educacional Meta Ltda. (“UNIMETA”)
- UNIJIPA – União Das Escolas Superiores de Ji-Paraná Ltda. (“UNIJIPA”)
- GrupoQ Educação S.A. (“Qconcursos”)
- Wemed Educação Médica S.A. (“Hardwork”)
- Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira S.A. (“Newton Paiva”)
- Sociedade Educacional Fortaleza Ltda. (“EDUFOR”)
- Sociedade de Ensino Superior Estácio do Amazonas Ltda

Apenas nos conteúdos referentes a colaboradores e demais trabalhadores, não consideramos dados da Hardwork e Qconcursos, assim como nos relatórios financeiros.

### **3. Informações contábeis, moedas e conversões**

As informações contábeis publicadas no Relatório Integrado 2025 serão confrontadas pela organização com as informações disponíveis nas Demonstrações Financeiras referentes ao mesmo período, a qual foi auditada por terceira parte independente, também pela PwC. A moeda funcional e de apresentação da companhia é o Real (R\$).

### **4. Materialidade**

No último ano, revisitamos o estudo de materialidade realizado em 2024, no qual havíamos consolidado uma base metodológica alinhada às melhores práticas de sustentabilidade, que serviu de referência para as revisões e os aprimoramentos implementados em 2025. O trabalho teve como foco a atualização do contexto interno e externo, considerando tendências setoriais e regulatórias, benchmarking de temas materiais com empresas nacionais e internacionais do setor de educação, requisitos de investidores e análises de mercado produzidas por provedores de pesquisa e instituições do sell side. A revisão da materialidade foi conduzida a partir de uma análise integrada desse contexto, confrontando os temas previamente reportados pela Yduqs no último ciclo.

Como resultado dessa revisão, aprovada pela alta liderança, passamos a incluir Governança Corporativa como tema material, em resposta ao aumento das exigências regulatórias e à sua relevância central para a transparência, a integridade e a gestão de riscos. Da mesma forma, Inovação e Tecnologia foram incorporadas como tema material, em razão do seu papel estratégico em nosso modelo de negócio, na qualidade do ensino, na experiência dos estudantes e na geração de valor.

Houve também a descontinuidade e a reclassificação de outros temas como relevantes, ainda que não mais materiais, mantendo-se, contudo, o reporte de seus indicadores em razão de sua importância estratégica, como Gestão Sustentável de Recursos, Gestão da Cadeia de Valor e Gestão do Ambiente Regulatório.

Todo esse processo reforçou a integração da materialidade à gestão do negócio, ampliando sua conexão com a tomada de decisão, a gestão de riscos e o direcionamento estratégico de longo prazo.

Para uma compreensão mais aprofundada da estrutura e das etapas do processo de materialidade conduzido anteriormente, consulte o Relatório Integrado Yduqs 2024.

### **5. Sistemas de reporte**

A coleta de informações para a produção do relatório contou com entrevistas com as lideranças da companhia e o acesso a documentos e materiais produzidos ao longo

do ano de 2025. O Relatório Integrado 2024, possui informações e indicadores consolidados da companhia e em alguns casos por marcas educacionais, como por exemplo; NPS (satisfação dos alunos). Indicadores por marcas educacionais e indicadores próprios, estão sinalizados no item 6- Tabela de indicadores e critérios. Os dados quantitativos são coletados anualmente e geridos pelas áreas operacionais por meio de variados sistemas de tecnologia da informação – como SIA (Sistema de Gestão dos Alunos), Sistema Corporativo de gestão SOC (Saúde e Segurança), WayCarbon Ecosystem (Software de Gestão de Gases de Efeito Estufa – GEE).

Para o ano de 2025, como parte do processo da YDUQS de melhoria contínua no processos de gestão de dados, a companhia contratou a licença do sistema de gestão de indicadores de sustentabilidade, plataforma da TBL, ambiente digital de coleta, gestão, validação e consolidação de indicadores ESG, que atendem as necessidades específicas de cada tipo de informação, e contém registros baseados em controles manuais. Os critérios e exceções estão descritos nesta Base de preparação e no Sumário de Conteúdo da GRI, quando aplicável.

## 6. Detalhamento dos critérios de reporte

A tabela abaixo visa incrementar o detalhamento sobre os critérios e premissas adotados para mensuração e consolidação das informações, em conformidade com os indicadores GRI, e deve ser utilizada como complemento à leitura do Relatório Integrado 2025 da YDUQS Participações S.A. Foram considerados na tabela também os indicadores SASB correlacionados aos temas materiais identificados pela YDUQS, e indicadores próprios da YDUQS, para consolidar em um único documento todos os indicadores.

A tabela contempla os seguintes campos e suas respectivas justificativas:

- **Código:** Indicador detalhado e referenciado pelos códigos denominados na norma GRI Standards e SASB
- **Conteúdos:** Descrição do indicador conforme a norma GRI Standards e SASB
- **Detalhamento do Critério:** Descrição dos critérios e premissas adotados para mensuração e consolidação das informações.
- **Exceções / Alterações nos limites e critérios desde o último reporte:** Descreve se para o indicador e critérios considerados houve alguma alteração aplicável ao período ou parâmetros utilizados para consolidar a informação desde o último ciclo de reporte.

## 7. Tabela de Indicadores e Critérios

Código	Conteúdos	Detalhamento dos critérios	Exceções/alterações nos limites e período do reporte
<b>GRI 2: Conteúdos Gerais 2021</b>			
<b>A empresa</b>			
GRI 2-2	Entidades incluídas no relato de sustentabilidade da organização	As entidades incluídas no relato de sustentabilidade da YDUQS são as mesmas divulgadas na Demonstração financeira.	
GRI 2-6	Atividades, cadeia de valor e outras relações comerciais	Consideramos como negócios relevantes todas as unidades controladas pela YDUQS. O critério adotado pela organização para a definição de mudanças significativas é: novas aquisições; novas unidades, encerramento de atividades, expansões; mudanças na estrutura operacional da companhia.	-
GRI 2-7	Número de funcionários	<p>No indicador 2-7, realizamos abertura por região de operação da companhia e por gênero (Homens/Mulheres).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- A organização considera como "empregados": Vice- Presidência, Diretoria, Gerência, Coordenação, Supervisão, Administrativo, Especialista, Apoio, Docente, Trainee, Aprendiz.</li> <li>- Empregados Permanentes: Vínculo CLT, sem tempo de contrato.</li> <li>- Empregados temporários: Vínculo CLT, com tempo de contrato determinado.</li> <li>- A Yduqs não possui empregados sem carga horária definida.</li> <li>- A organização considera como "não-empregados": estagiários e médicos residentes.</li> <li>- A organização entende como jornada integral: 180/220 horas. E considera como jornada parcial: Diferente de 180/220 horas.</li> <li>- Consideramos como " flutuações significativas" o aumento ou diminuição drástica no número de funcionários por períodos.</li> <li>- Realizamos a contagem de ativos por CPF, não contabilizando Estagiários e Médicos Residentes.</li> </ul>	Hardwork e Qconcursos não são consideradas no indicador.

GRI 2-8	Trabalhadores que não são empregados	<p>A YDUQS não estabelece controle para os trabalhadores terceirizados, apenas para os estagiários e médicos residentes.</p> <p>Para os dados reportados, consideramos flutuações significativas o aumento ou diminuição drástica no número de funcionários por períodos. Quando as diferenças forem maiores ou iguais 40%.</p>	Hardwork e Qconcursos não são consideradas no indicador.
<b>Governança</b>			
GRI 2-9	Estrutura e composição de governança	<p>Conselho de Administração (CA): composto por, no mínimo, cinco e, no máximo, nove membros, sendo ao menos dois ou 20%, o que for maior, independentes, eleitos em Assembleia Geral, para um mandato de dois anos, passível de reeleição. Atualmente, todos os membros do CA são independentes e não há suplentes.</p> <p>Conselho Fiscal (CF): nosso Conselho Fiscal independente, de caráter não permanente, é instalado mediante pedido de acionistas, exigência legal e por proposta da administração. O Conselho Fiscal atua como um importante mecanismo de controle, contribuindo para a fiscalização e a transparência em todas as nossas operações. Os membros não são executivos da Yduqs, independentes, com mandatos de 1 ano. Composto por três mulheres e três homens.</p> <p>Comitê Acadêmico: tem o objetivo de auxiliar o CA a zelar pelo constante aprimoramento dos padrões de qualidade das atividades de ensino, de avaliação, de extensão universitária e de pesquisa conduzidas pelas instituições da empresa. Além de apoiar na definição de diretrizes voltadas à formação do corpo docente e tratar dos parâmetros éticos para a condução de atividades de pesquisa científica pela comunidade acadêmica das instituições mantidas, entre outros. Todos os membros são independentes, com mandatos de dois anos, e compõem o Conselho de Administração.</p> <p>Comitê de Auditoria e Finanças: visa avaliar previamente o relatório da administração e as demonstrações financeiras, assim como as informações trimestrais e demonstrações intermediárias da companhia. Acompanha também as atividades das áreas de controles internos, auditoria interna, e monitora as exposições de risco da companhia, entre outras atribuições. Todos os membros do Comitê são independentes, com mandatos de dois anos.</p> <p>Comitê de Gente e Governança (CGG): tem por objetivo auxiliar os membros do CA em quaisquer questões referentes a políticas e normas de recursos humanos e governança corporativa da companhia. Incluindo a indicação de administradores e profissionais para posições de conselheiros, e o apoio ao Presidente do Conselho de Administração na</p>	

		<p>execução de procedimentos formais e periódicos de avaliação da diretoria, entre outras missões. Todos os membros do Comitê de Gente e Governança também são membros do CA, para exercer as funções atribuídas no Regimento interno do Conselho e no Estatuto Social da companhia.</p>	
GRI 2-15	Conflitos de interesse	<p>A organização entende que o conflito de interesses ocorre em situações em que o interesse pessoal de um colaborador, fornecedor ou terceiro interfere, de alguma forma, nos interesses da YDUQS. A administração da companhia provoca o Conselho de Administração a deliberar sobre eventual conflito de interesse descrito no Código de ética da companhia. Para que conflitos de interesse sejam evitados, a administração da companhia recomenda que seja observado o código de ética da companhia, que possui a definição do tema, e informando que a identificação de qualquer caracterização ou suspeita de conflito de interesses seja informada imediatamente, por meio do Canal Confidencial.</p>	-

GRI 2-16	Comunicação de preocupações cruciais	<p>A organização considera como mais alto órgão de governança o Conselho de Administração, instância máxima de decisão e autoridade final sobre temas estratégicos, de risco e de governança.</p> <p>As comunicações de preocupações cruciais ao mais alto órgão de governança referem-se exclusivamente aos casos em que há necessidade de deliberação final por parte do Conselho de Administração, em função da relevância, criticidade ou potencial impacto do tema para a organização. Essas comunicações não incluem reportes realizados a comitês de assessoramento ou instâncias intermediárias de governança, ainda que estes possam atuar na análise prévia dos temas.</p> <p>São consideradas preocupações cruciais aquelas relacionadas a eventos com causas classificadas como críticas na matriz de riscos da organização.</p>	
GRI 2-20	Processo para determinação da remuneração	<p>A remuneração dos membros do Conselho de Administração é composta exclusivamente por parcela fixa mensal a título de honorários, não havendo remuneração variável, podendo variar conforme a participação em comitês de assessoramento. Para a Diretoria Executiva, a remuneração inclui parcela fixa, benefícios (como assistência médica, vale-alimentação, bolsa de estudos e seguro de vida), remuneração variável anual baseada em metas objetivas e mensuráveis, além de incentivos baseados em ações.</p> <p>O processo de definição da remuneração é conduzido pela área de Recursos Humanos, com base em pesquisas salariais realizadas anualmente com apoio de consultorias externas especializadas. Essas análises consideram a remuneração total dos executivos, incluindo componentes fixos, variáveis, benefícios e incentivos de longo prazo, comparando-os com empresas de porte e complexidade semelhantes.</p> <p>A equipe de recursos humanos realiza pesquisas salariais anualmente, participando de estudos de mercado em colaboração com empresas por meio de consultorias externas especializadas em planos de cargos e salários.</p> <p>Essas pesquisas consideram empresas de mesmo porte, abrangendo diversos critérios, como aquelas com capital aberto, com número de funcionários e EBITDA semelhantes, entre outros aspectos, não se limitando apenas ao setor de atuação, mas também incluindo organizações com características equiparadas às nossas.</p> <p>Os resultados são analisados pelo Comitê de Gente e Governança, que apoia o Conselho de Administração na avaliação e recomendação da política de remuneração, considerando critérios de equilíbrio interno, equidade entre pares e competitividade externa, com base na remuneração total.</p>	-
GRI 2-21	Proporção da remuneração total anual	<p>Remuneração total anual – Salário base + Programas de Incentivo de Curto Prazo + Programas de Incentivo de Longo Prazo</p> <p>A YDUQS considera como empregados: Vice- presidência; Diretoria; Gerência;</p>	A adequação dos grupos de cargos para o cálculo do indicador

		<p>Coordenação; Especialista; Supervisão; Administrativo.          Todos os trabalhadores com vínculo CLT, com carga horária acima de 220 horas mensais.</p> <p>Considera-se o indivíduo, pessoa com vínculo CLT com carga horária acima de 220 horas mensais, mais bem paga dentro da nossa base de empregados</p> <p>O indivíduo mais bem pago do período de relato anterior é o mesmo do período coberto pelo relatório.</p> <p>Obs.: Informar o racional (fórmula e seus componentes) utilizados pela companhia para o cálculo das proporções reportadas - Salário base*12 + ICP total pago + ILP total pago ". Logo, entram no cálculo do indicador todos os funcionários em regime CLT, com carga horária de 220h mensais e que estiveram ativos nos 12 meses de 2025. A remuneração total anual foi apurada pela soma do salário base anual (salário base x 12), do ICP total pago e do ILP total pago. O indicador corresponde à razão entre a remuneração total anual do indivíduo mais bem pago da organização e a remuneração total anual média dos empregados considerados no escopo do cálculo.</p> <p>Tivemos algumas mudanças na alta liderança e conseqüentemente uma queda no custo de pessoal, por esse motivo as notáveis quedas.</p>	em 2024 foi padronizada considerando a equivalência ao indivíduo mais bem pago da organização.
GRI 2-23	Compromissos de política	"Princípio da precaução" - princípios, diretrizes e práticas voltados a propiciar a integridade, e os mais elevados padrões para prevenir e mitigar os impactos negativos potenciais.	
GRI 2-25	Processos para reparar impactos negativos	A organização possui um sistema estruturado de Compliance e mecanismos formais de recebimento e tratamento de queixas, com foco em prevenção, investigação e correção de desvios.	
<b>Engajamento das partes interessadas</b>			
GRI 2-30	Acordos coletivos	A organização considera como empregados: Vice- presidência; Diretoria; Gerência; Coordenação; Especialista; Supervisão; Administrativo; Apoio; Docentes; Trainees; Aprendizes.	
<b>Temas materiais</b>			

GRI 3-2	Lista de temas materiais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atração, retenção e Bem-estar do Capital Humano</li> <li>• Cibersegurança e Privacidade de dados</li> <li>• Empregabilidade e Empreendedorismo</li> <li>• Estratégia climática e emissões de GEE</li> <li>• Ética, Integridade e Transparência</li> <li>• Governança Corporativa</li> <li>• Inovação e Tecnologia</li> <li>• Qualidade e Acesso ao Ensino</li> </ul>	
<b>GRI 201: Desempenho Econômico 2016</b>			
GRI 201-1	Valor econômico direto gerado e distribuído	<p>A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) da organização é apresentada nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, conforme requerido pela legislação societária brasileira aplicável às companhias abertas. A DVA é elaborada sob responsabilidade da administração e submetida à auditoria independente em conjunto com as demonstrações financeiras, sendo avaliada quanto à sua consistência com os registros contábeis e à adequação de sua forma e conteúdo em relação ao Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.</p> <p>A DVA foi considerada adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, conforme os critérios estabelecidos no CPC 09, e consistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da companhia.</p> <p>No que se refere ao escopo, a demonstração contempla a YDUQS Participações S.A. e suas controladas, refletindo, portanto, tanto a visão individual quanto consolidada do valor econômico gerado e distribuído pela organização.</p>	
GRI 201-4	Apoio financeiro recebido do governo	No período reportado, a Companhia recebeu incentivos fiscais concedidos por entes governamentais, relacionados principalmente a benefícios tributários aplicáveis aos tributos ISS, PIS/COFINS e IRPJ/CSLL.	
<b>GRI 204: Práticas de Compra 2016</b>			
GRI 204-1	Proporção de gastos com fornecedores locais	Essas regionais são utilizadas para identificar agrupamentos de áreas de negócios físicas e incluem as categorias Corporativo, UNESA, Norte, Nordeste, Centro Sul e Premium. Nesse cálculo somamos todos as categorias de fornecedores, contemplando todas as regiões de negócio. A subtração é feita pelo somatório do gasto com os fornecedores de cada região pelo total das categorias.	Nos anos de 2023 e 2022, não eram contabilizados, para Suprimentos, os pedidos gerados por consumo de contrato. Por serem contratações realizadas pela equipe, revisitamos esse item para contabilizar o esforço

			no trabalho de Suprimentos.
--	--	--	--------------------------------

**GRI 205: Combate à Corrupção 2016**

GRI 205-1	Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção	<p>Para fins deste indicador, a organização adota como conceito de “operações” o conjunto de suas unidades e estruturas físicas e operacionais sob controle ou influência direta, incluindo unidades próprias de ensino, prédios corporativos e polos educacionais, tanto próprios quanto parceiros. Nesse contexto, o escopo considerado contempla 121 unidades próprias, 6 prédios corporativos (Corporativo Montreal, Marechal Floriano, Cittá, Maracanã e Fortaleza, sendo estes dois últimos compartilhados com unidades operacionais), além de 101 polos próprios e 2.335 polos parceiros.</p> <p>As avaliações de riscos relacionados à corrupção consideram as principais atividades e processos associados à operação da companhia em um setor altamente regulado, especialmente aqueles que envolvem interação com entes públicos. Entre as frentes operacionais analisadas, destacam-se: (i) participação em programas governamentais, como o Programa Mais Médicos; (ii) acesso a políticas públicas de fomento à educação, como FIES e ProUni; (iii) processos de obtenção, renovação e manutenção de licenças e autorizações necessárias ao funcionamento das unidades (como alvarás, Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros e autorizações regulatórias do Ministério da Educação); e (iv) interações com agentes públicos em processos de avaliação institucional conduzidos pelo MEC.</p>	
GRI 205-2	Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção	<p>As informações reportadas referem-se ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025, não contemplando bases acumuladas de anos anteriores. Para fins deste indicador, a organização considera como “comunicação das políticas e procedimentos de combate à corrupção” as iniciativas de disseminação dos conteúdos previstos nos Códigos de Ética e Conduta e Anticorrupção, realizadas por meio de treinamentos institucionais, ações de reforço de cultura, comunicações internas e disponibilização desses documentos nos canais corporativos. Essas atividades são contabilizadas com base nos registros de participação em treinamentos e nas ações formais de comunicação conduzidas pelas áreas responsáveis.</p> <p>O conceito de “empregados” abrange os colaboradores próprios da organização, incluindo profissionais administrativos, acadêmicos e corporativos, excluindo terceiros, prestadores de serviço e parceiros externos. Para fins do indicador, “parceiros de negócios” compreendem fornecedores, prestadores de serviço, polos parceiros e demais terceiros com os quais a companhia mantém relações comerciais ou institucionais.</p> <p>A estratificação das categorias funcionais considera os diferentes níveis organizacionais, incluindo alta liderança, gestão e demais colaboradores, conforme a estrutura interna de cargos da companhia.</p>	

		<p>No que se refere à “capacitação em combate à corrupção”, a organização considera como tal as ações de treinamento que abordam especificamente temas relacionados à prevenção, identificação e mitigação de riscos de corrupção. Em 2025, embora tenham sido realizados treinamentos de Ética, Compliance e Canal Confidencial com menção às diretrizes anticorrupção, não houve a realização de treinamentos específicos dedicados exclusivamente ao tema de combate à corrupção.</p>	
GRI 205-3	Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	<p>Corrupção": Quanto ao conceito de Corrupção, com base em nosso Código Anticorrupção: "1. Ato ou efeito de subornar uma ou mais pessoas em causa própria ou alheia, a corrupção pode se configurar de duas formas: Corrupção ativa – Ato de oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público ou privado, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício. Corrupção passiva – Ato de solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes, de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceita promessa de tal vantagem</p> <p>Casos confirmados: Consideramos como casos confirmados, relatos procedentes que passaram pela seguinte análise: a denúncia é formalizada (registrada) em nosso Canal Confidencial, seja ela de corrupção ou qualquer outra tipologia listada nas opções do sistema, iniciamos a apuração dos fatos alegados e das evidências anexadas ao relato, quando necessário fazemos levantamento de outras informações e/ou evidências junto a áreas especializadas da Cia como por exemplo Auditoria ou Time Antifraudes, além de entrevistas exploratórias e confirmatórias dos envolvidos. De posse de evidências suficientes que comprovem a infração cometida, consultamos a política de medidas disciplinares para aplicação da medida cabível ao caso.</p> <p>Colaboradores considerados: Vice-presidência; Diretoria; Gerência; Coordenação; Especialista; Supervisão; Administrativo; Apoio; Docentes; Estagiários; Aprendizes; Médicos residentes.</p>	-
<b>GRI 206: Concorrência Desleal 2016</b>			

GRI 206-1	Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio	<p>Com base nos controles internos da organização e nos reportes periódicos das áreas responsáveis, incluindo Jurídico e Compliance, não foram identificados, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025, casos de concorrência desleal ou violações de leis antitruste e antimonopólio.</p> <p>A verificação de eventuais ocorrências é realizada por meio do monitoramento contínuo de processos judiciais e administrativos, acompanhamento de notificações de órgãos reguladores e análise de riscos conduzida pelas áreas competentes, com reporte à alta administração e aos órgãos de governança, quando aplicável.</p> <p>Caso ocorram eventos dessa natureza, os principais resultados seriam reportados com base nas conclusões dos processos judiciais ou administrativos, incluindo a natureza da infração, eventuais sanções, impactos financeiros e medidas corretivas adotadas pela organização.</p>	
<b>GRI 302: Energia 2016</b>			
GRI 302-1	Consumo de energia dentro da organização	<p>As informações sobre o consumo de energia são apuradas com base em medições diretas, principalmente a partir das faturas emitidas pelas distribuidoras e comercializadoras de energia elétrica, complementadas por registros operacionais consolidados em sistemas corporativos de gestão.</p> <p>A contabilização segue critérios metodológicos padronizados, alinhados às diretrizes do Protocolo Internacional para Medição e Verificação de Performance (IPMVP), garantindo confiabilidade, rastreabilidade e comparabilidade dos dados ao longo do tempo. Para fins de reporte, o consumo de energia elétrica é consolidado por unidade operacional, tipo de contratação (mercado regulado, mercado livre e geração distribuída) e período de referência, sendo expresso em megawatt-hora (MWh). Quando aplicável, os dados são harmonizados com o Inventário Corporativo de Gases de Efeito Estufa elaborado conforme o GHG Protocol, assegurando consistência entre os indicadores energéticos e climáticos.</p> <p>As premissas adotadas incluem a utilização de dados primários provenientes de fontes oficiais, a consideração de períodos completos de faturamento, a aplicação de critérios uniformes de consolidação e validação e a revisão periódica das bases de dados para correções e aprimoramentos metodológicos. O processo é apoiado por ferramentas corporativas de controle e análise que permitem o acompanhamento histórico do consumo, a identificação de variações relevantes e o suporte à tomada de decisão.</p>	

		Para fins de delimitação do consumo de energia dentro da organização, são consideradas as operações sob controle operacional da companhia, incluindo unidades próprias de ensino, escritórios corporativos e demais instalações administrativas, independentemente de serem próprias ou locadas. O escopo contempla o consumo de energia elétrica adquirida de terceiros, abrangendo diferentes fontes e modalidades de contratação (mercado regulado, mercado livre e geração distribuída), conforme aplicável a cada unidade operacional.	
GRI 302-2	Consumo de energia fora da organização	A organização não mensura nem reporta o consumo de energia fora de seus limites operacionais diretos. Não há controle operacional sobre fontes externas de consumo energético, tampouco disponibilidade de dados primários que permitam medições diretas ou estimativas robustas para esse fim.	
GRI 302-3	Intensidade energética	<p>A métrica utilizada no denominador foi de alunos (na modalidade presencial e premium). A taxa de intensidade energética da organização é calculada exclusivamente com base no consumo de eletricidade.</p> <p>Essa abordagem reflete o perfil operacional predominante da organização, cujas atividades educacionais e administrativas utilizam a eletricidade como principal – e, em grande parte, única – fonte energética relevante, abrangendo usos como iluminação, climatização, equipamentos eletroeletrônicos, laboratórios, sistemas de TI e demais infraestruturas de apoio.</p> <p>Não são incluídos, no cálculo da intensidade energética, outros tipos de energia como combustíveis, aquecimento, refrigeração dedicada ou vapor, uma vez que esses insumos não são representativos ou não possuem materialidade operacional no contexto das atividades da organização.</p>	
GRI 302-4	Redução do consumo de energia	<p>Quanto aos Sistemas de Compensação de Energia Elétrica das unidades contempladas por sistemas de Geração Distribuída, consultamos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Lei nº 14.300/2022 – Marco Legal da Geração Distribuída (GD);</li> <li>· Resolução Normativa ANEEL nº 687/2015 – Sistema de Compensação de Energia Elétrica</li> <li>· Resolução Normativa ANEEL nº 614/2014 – Apuração de indisponibilidade de unidade geradora ou de empreendimento de importação de energia elétrica, conectados ao Sistema Interligado Nacional (SIN)</li> <li>· Resolução Normativa ANEEL nº 947/2021 – Complementa a REN nº 614/2014 com critérios de apuração de indisponibilidade e inflexibilidade de centrais termelétricas despachadas centralizadamente, além de ajustes nos critérios de verificação de lastro;</li> <li>· Resolução Normativa ANEEL nº 1.059/2023: Aprimora as regras para a conexão e o faturamento de centrais de microgeração e minigeração distribuída, bem como as regras do Sistema de Compensação de Energia Elétrica, em conformidade com a Lei nº 14.300/2022.</li> </ul> <p>A respeito das unidades presentes nos mercados livre e regulado de energia, consultamos:</p>	As premissas adotadas incluem a utilização de períodos comparáveis de operação, exclusão de eventos atípicos que possam distorcer o consumo e aplicação consistente dos critérios de cálculo ao longo do tempo. O processo é suportado por planilhas e sistemas corporativos de controle energético, assegurando rastreabilidade,

- Decreto nº 5.163/2004 – Regulamenta a comercialização de energia elétrica e o processo de outorga de concessões e autorizações de geração de energia elétrica;
- Resolução Normativa nº 957/2021 – Aprova a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica;
- Resolução Normativa nº 622/2014 – Estabelece as garantias financeiras e a efetivação de registros de contratos de compra e venda de energia elétrica.
- Resolução Normativa nº 545/2013 – Dispõe sobre o desligamento de agentes e a impugnação de atos praticados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).
- Resolução Normativa nº 1.009/2022 – Estabelece regras de contratação de energia pelos agentes nos ambientes de contratação livre e regulado.

A fonte dos fatores de conversão utilizados foram o BEN 2015; BEN 2020; BEN 2021; IPCC 2006; IPCC 2019; CDP 2022.

As reduções no consumo de energia decorrentes de ações de eficiência energética são apuradas com base em medições diretas de consumo elétrico, utilizando dados primários provenientes das faturas de energia elétrica e de registros operacionais das unidades impactadas.

No exercício corrente, destaca-se a substituição do sistema de chiller da Unidade Tom Jobim por equipamentos de ar-condicionado do tipo split, medida implementada com o objetivo de reduzir o consumo de energia elétrica e aumentar a eficiência energética da climatização, em linha com a estratégia corporativa de eficiência energética.

A metodologia adotada para o cálculo das reduções de consumo segue abordagem antes e depois da intervenção, em conformidade com boas práticas de medição e verificação de desempenho energético, incluindo as seguintes etapas:

#### 1. Identificação do consumo antes e após a intervenção

Consumo inicial (E1): consumo médio de energia elétrica registrado antes da substituição do sistema, considerando período representativo de operação;

Consumo final (E2): consumo médio de energia elétrica registrado após a implementação dos novos equipamentos, considerando condições operacionais comparáveis.

#### 2. Cálculo da redução do consumo de energia

A redução do consumo é determinada pela diferença entre os consumos medidos, conforme a fórmula:

$$\Delta E = E1 - E2$$

Onde:

consistência metodológica e transparência no reporte das reduções de consumo de energia.

		<p><math>\Delta E</math> = redução do consumo de energia;  <math>E1</math> = consumo antes da intervenção;  <math>E2</math> = consumo após a intervenção.</p> <p>3. Conversão de unidades</p> <p>Os valores originalmente apurados em quilowatt-hora (kWh) são convertidos para joules (J) ou seus múltiplos, quando necessário, utilizando o fator de conversão padrão:</p> <p>1 kWh = 0,0036 GJ</p>	
<b>GRI 303: Água e Efluentes 2018</b>			
GRI 303-3	Captação de água	<p>A captação e o consumo de água são registrados prioritariamente por meio de medições diretas, com base nas informações disponibilizadas pelas concessionárias locais de abastecimento, incluindo faturas e demonstrativos de consumo. Esses dados constituem a principal fonte para o acompanhamento dos volumes captados de água de origem superficial, quando o abastecimento ocorre por meio de sistemas públicos.</p> <p>Nas unidades que utilizam fontes alternativas de abastecimento, como poços artesianos, o monitoramento é realizado por meio de hidrômetros instalados nas próprias unidades, permitindo o controle direto dos volumes captados de água subterrânea. De forma complementar, quando ocorre o abastecimento por carro-pipa, os volumes são registrados com base em documentação contratual, notas fiscais e controles operacionais, assegurando rastreabilidade das informações.</p> <p>A compilação dos dados considera como premissa a consolidação dos volumes captados por fonte de abastecimento, permitindo a distinção entre água proveniente de concessionárias, água subterrânea e abastecimento emergencial por Carro Pipa. Essa abordagem assegura consistência metodológica e comparabilidade histórica dos dados.</p> <p>Para fins de gestão e análise de riscos, são consideradas em contexto de estresse hídrico as unidades que apresentam dependência exclusiva ou predominante de fontes alternativas de abastecimento, como poços artesianos ou abastecimento por carro-pipa, em especial em localidades com histórico de restrições no fornecimento público. Essa classificação é utilizada como subsídio à priorização de ações de controle operacional e uso racional da água.</p> <p>No que se refere à mensuração de “sólidos dissolvidos”, a organização não realiza, atualmente, o monitoramento direto desse parâmetro em suas operações, uma vez que o abastecimento de água é majoritariamente realizado por concessionárias públicas, responsáveis pelo controle da qualidade da água distribuída, incluindo parâmetros físico-químicos como sólidos dissolvidos totais (TDS). Quando aplicável, a companhia pode</p>	<p>Não houve unidades que dependessem exclusivamente desse recurso para seu abastecimento, o critério de contratação de carro-pipa foi desconsiderado, neste ano, para fins de classificação das áreas em situação de estresse hídrico.</p>

		<p>utilizar informações disponibilizadas pelas próprias concessionárias ou laudos técnicos associados à qualidade da água fornecida. Dessa forma, não são adotadas medições diretas, análises laboratoriais próprias, modelagens ou ferramentas específicas para a mensuração desse indicador</p>	
GRI 303-4	Descarte de água	<p>Os dados relacionados às substâncias prioritárias, aos limites de descarte e à conformidade dos efluentes foram compilados com base na legislação ambiental vigente, nas exigências específicas dos órgãos ambientais competentes e nos estudos técnicos elaborados por consultoria especializada contratada pela organização.</p> <p>A identificação das substâncias, dos parâmetros de controle e dos limites aplicáveis considera, prioritariamente, as Resoluções CONAMA nº 357/2005 e nº 430/2011, bem como normas técnicas da ABNT aplicáveis aos sistemas de esgotamento sanitário, conforme o tipo de solução adotada em cada unidade operacional.</p> <p>As análises físico-químicas dos efluentes, quando aplicáveis, são realizadas por empresas terceirizadas devidamente contratadas e tecnicamente habilitadas, seguindo metodologias analíticas reconhecidas e procedimentos laboratoriais compatíveis com os requisitos regulatórios. Os resultados obtidos subsidiam a verificação de conformidade dos efluentes com os padrões legais de lançamento e os condicionantes estabelecidos nos processos de licenciamento ambiental.</p> <p>Para fins de contextualização da gestão hídrica e avaliação de risco, são consideradas áreas de estresse hídrico aquelas unidades que dependem exclusivamente de fontes alternativas de abastecimento, como poços artesianos, em função da ausência ou da intermitência do fornecimento por concessionária pública. Essa classificação é utilizada como premissa de gestão, orientando o reforço de controles operacionais, o monitoramento e a adoção de medidas preventivas, quando necessário.</p> <p>No que se refere à mensuração de sólidos dissolvidos totais (TDS), a organização considera esse parâmetro como parte das análises físico-químicas de efluentes realizadas por laboratórios terceirizados, quando aplicável às condições operacionais e aos requisitos de licenciamento ambiental de cada unidade. Nesses casos, o monitoramento ocorre por meio de análises laboratoriais diretas, conduzidas conforme metodologias padronizadas e reconhecidas, em conformidade com normas técnicas aplicáveis e diretrizes estabelecidas na legislação ambiental vigente.</p> <p>A periodicidade das medições segue os requisitos definidos nos programas de monitoramento ambiental e nas condicionantes das licenças ambientais, podendo variar conforme a criticidade da operação e as exigências regulatórias locais. Como premissa, o monitoramento de TDS é realizado apenas nas unidades em que há geração de efluentes passíveis de controle e exigência regulatória associada, não sendo aplicável a todas as operações da companhia. Eventuais limitações estão relacionadas à dependência de escopo de monitoramento definido por terceiros (consultorias e órgãos ambientais) e à</p>	

		ausência de medições em unidades cujo perfil operacional não demande esse tipo de controle.	
303-5	Consumo de água	<p>O consumo de água da organização é apurado com base, prioritariamente, em medições diretas fornecidas pelas concessionárias locais de abastecimento, conforme os critérios e metodologias previstos na legislação aplicável. Esses dados são complementados, quando pertinente, por informações provenientes da captação direta de água subterrânea por meio de poços artesianos devidamente outorgados, bem como pela aquisição de água via caminhões-pipa, utilizada de forma pontual e contingencial.</p> <p>Os volumes de consumo de água divulgados correspondem ao resultado líquido entre a captação total de água (GRI 303-3) e os volumes destinados ao descarte (GRI 303-4), assegurando consistência metodológica e alinhamento entre os indicadores do tema Água.</p> <p>A gestão da captação e do uso da água é conduzida em conformidade com os instrumentos do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) e com as orientações da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), garantindo aderência às normas e requisitos legais vigentes, incluindo, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 9.433/1997 – Política Nacional de Recursos Hídricos;</li> <li>• Lei nº 14.026/2020 – Novo Marco Legal do Saneamento Básico;</li> <li>• Lei nº 13.312/2016 – Medição individualizada do consumo hídrico.</li> </ul> <p>As informações consolidadas refletem dados calculados a partir de medições diretas e registros operacionais confiáveis, não sendo utilizadas estimativas ou fatores setoriais genéricos para a determinação do consumo, o que assegura robustez, rastreabilidade e transparência ao indicador reportado.</p> <p>Para fins de classificação de áreas com estresse hídrico, a organização considera como critério a dependência total ou predominante de fontes alternativas de abastecimento, como poços artesianos e fornecimento por caminhões-pipa, especialmente em localidades com histórico de restrições no fornecimento público de água. Essa classificação é utilizada como proxy operacional de estresse hídrico, na ausência de indicadores locais padronizados disponíveis para todas as unidades, sendo aplicada de forma consistente para fins de gestão e priorização de ações.</p> <p>Adicionalmente, a organização pode considerar referências públicas disponíveis, quando aplicáveis, para contextualização do risco hídrico, como classificações regionais e informações de órgãos reguladores e gestores de recursos hídricos, incluindo a ANA.</p> <p>Para fins deste indicador, o conceito de “impacto significativo” está associado à combinação de fatores como volume absoluto de água consumida, relevância da unidade operacional para o negócio, criticidade do abastecimento (especialmente em áreas</p>	

		classificadas como de estresse hídrico), dependência de fontes alternativas e potencial impacto sobre a continuidade operacional.	
<b>GRI 305: Emissões 2016</b>			
GRI 305-1	Emissões diretas (Escopo 1) de gases de efeito estufa (GEE)	<p>A YDUQS adota a abordagem de controle operacional para a consolidação de suas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), considerando 100% das emissões associadas às operações sobre as quais exerce controle operacional. A contabilização das emissões, especialmente do Escopo 1, é realizada com base em medições diretas de consumo e uso de insumos, a partir de registros operacionais, inventários físicos, faturas e controles técnicos das unidades.</p> <p>A metodologia de quantificação segue referenciais técnicos e normativos reconhecidos nacional e internacionalmente, assegurando consistência metodológica, rastreabilidade e comparabilidade histórica dos resultados. Entre as principais referências adotadas estão a ABNT NBR ISO 14064, as Especificações do Programa Brasileiro GHG Protocol (PBGHGP) e o GHG Protocol Corporate Accounting and Reporting Standard, desenvolvido pelo World Resources Institute (WRI), bem como as Diretrizes do IPCC para Inventários de GEE (2006 Guidelines e 2019 Refinement). Também são utilizadas bases institucionais e setoriais complementares, como o Balanço Energético Nacional (BEN), referências do MCTI e do Ministério do Meio Ambiente, além de bases internacionais como DEFRA, quando necessário.</p> <p>As premissas metodológicas incluem a utilização prioritária de dados primários provenientes de medições diretas, a aplicação consistente de fatores de emissão ao longo do tempo e a consolidação das informações com base na abordagem de controle operacional. O processo é suportado por planilhas e sistemas corporativos de gestão ambiental, permitindo rastreabilidade, verificação e aprimoramento contínuo da quantificação das emissões.</p>	
GRI 305-2	Emissões indiretas (Escopo 2) de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia	<p>A quantificação das emissões indiretas de Gases de Efeito Estufa (Escopo 2), provenientes da aquisição de energia elétrica, é realizada com base em medições diretas do consumo de eletricidade, obtidas a partir de faturas emitidas pelas distribuidoras e comercializadoras de energia elétrica, bem como de registros operacionais consolidados pelas unidades sob controle operacional da organização.</p> <p>A metodologia adotada segue referenciais técnicos e normativos reconhecidos nacional e internacionalmente, assegurando consistência metodológica, rastreabilidade e comparabilidade dos resultados ao longo do tempo. As principais normas, metodologias e referências utilizadas incluem:</p>	

		<p>1) ABNT NBR ISO 14064 – Parte 1, para quantificação e reporte organizacional de emissões de GEE;</p> <p>2) GHG Protocol – Corporate Accounting and Reporting Standard, incluindo sua aplicação no âmbito do Programa Brasileiro GHG Protocol (PBGHGP), em suas edições mais recentes disponíveis no período de apuração;</p> <p>3) Diretrizes do IPCC para Inventários de Gases de Efeito Estufa (2006 Guidelines e 2019 Refinement), para parâmetros metodológicos e fatores de emissão associados à geração de eletricidade;</p> <p>4) Balanço Energético Nacional (BEN), publicado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), como referência para caracterização da matriz elétrica nacional;</p> <p>5) Bases oficiais nacionais, incluindo publicações do MCTI, quando aplicáveis ao período de reporte.</p> <p>As premissas adotadas incluem a utilização prioritária de dados primários de consumo, a aplicação de fatores de emissão consistentes com a abordagem de controle operacional e a manutenção de critérios uniformes de consolidação ao longo do tempo. Os cálculos são suportados por planilhas e sistemas corporativos de gestão energética e ambiental, permitindo verificação, auditoria e melhoria contínua do processo de quantificação das emissões indiretas.</p>																									
305-3	Outras emissões indiretas (Escopo 3) de gases de efeito estufa (GEE)	<p>A organização considera como "mudanças significativas" qualquer alteração na operação ou estrutura que possa influenciar, de forma significativa, nossas fontes de emissões em comparação com os dados históricos.</p> <p>A metodologia utilizada para contabilização dos dados foi realizada através de medições diretas. Quanto as referências adotadas, utilizamos:</p> <p>Índices de Potencial de Aquecimento Global (GWP):</p> <table border="1" data-bbox="712 1018 1008 1324"> <thead> <tr> <th>Gás</th> <th>GWP</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>CH4</td> <td>28,00</td> </tr> <tr> <td>CO2</td> <td>1,00</td> </tr> <tr> <td>CO2 renovável</td> <td>1,00</td> </tr> <tr> <td>HCFC-141b</td> <td>782,00</td> </tr> <tr> <td>HCFC-22</td> <td>1760,00</td> </tr> <tr> <td>HFC-125</td> <td>3170,00</td> </tr> <tr> <td>HFC-134a</td> <td>1300,00</td> </tr> <tr> <td>HFC-32</td> <td>677,00</td> </tr> <tr> <td>N2O</td> <td>265,00</td> </tr> </tbody> </table> <p>Fonte dos fatores de emissão e índices de potencial de aquecimento global (GWP):</p> <table border="1" data-bbox="712 1417 1041 1441"> <thead> <tr> <th>Citação</th> <th>Referência</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	Gás	GWP	CH4	28,00	CO2	1,00	CO2 renovável	1,00	HCFC-141b	782,00	HCFC-22	1760,00	HFC-125	3170,00	HFC-134a	1300,00	HFC-32	677,00	N2O	265,00	Citação	Referência			
Gás	GWP																										
CH4	28,00																										
CO2	1,00																										
CO2 renovável	1,00																										
HCFC-141b	782,00																										
HCFC-22	1760,00																										
HFC-125	3170,00																										
HFC-134a	1300,00																										
HFC-32	677,00																										
N2O	265,00																										
Citação	Referência																										

		<p>ASHRAE ASHRAE Refrigerant Designations</p> <p>BEN 2015 Balanço Energético Nacional 2015: Ano base 2014 / Empresa de Pesquisa Energética. – Rio de Janeiro: EPE, 2015.</p> <p>IPCC 2006 IPCC 2006, 2006 IPCC Guidelines for National Greenhouse Gas Inventories, Prepared by the National Greenhouse Gas Inventories Programme, Eggleston H.S., Buendia L., Miwa K., Ngara T. and Tanabe K. (eds). Published: IGES, Japan.</p> <p>PBGHGP 2016 Programa Brasileiro GHG Protocol. Ferramenta de Cálculo, Ciclo 2016.</p> <p>von Sperling &amp; Chernicharo 2005 von Sperling, M., Chernicharo, C. A. de L. Biological Wastewater Treatment in Warm Climate Regions. Volume one. Department of Sanitary and Environmental Engineering Federal University of Minas Gerais, Brazil. ISBN: 1 84339 002 7, 2005.</p> <p>PBGHGP 2018 Ferramenta de cálculo de emissões do Programa Brasileiro GHG Protocol (v2018.1)</p> <p>IPCC 2019 2019 Refinement to the 2006 IPCC Guidelines for National Greenhouse Gas Inventories, Prepared by the National Greenhouse Gas Inventories Programme.</p> <p>PBGHGP 2021 Programa Brasileiro GHG Protocol. Ferramenta de cálculo, v2021.0.1. Ciclo 2021</p> <p>BEN 2020 Balanço Energético Nacional 2020: Ano base 2019 / Empresa de Pesquisa Energética. – Rio de Janeiro: EPE, 2020.</p> <p>BEN 2021 Balanço Energético Nacional 2021: Ano base 2020 / Empresa de Pesquisa Energética. – Rio de Janeiro: EPE, 2021.</p> <p>PBGHGP 2022 Programa Brasileiro GHG Protocol. Ferramenta de cálculo, v2022.0.1. Ciclo 2022.</p> <p>MMA 2014 MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas por Veículos Automotores Rodoviários 2013: Ano-base 2012.</p> <p>DEFRA 2023 UK Government, Department for Environment Food &amp; Rural Affairs - DEFRA. Greenhouse Gas Conversion Factor Repository. Reporting year 2023.</p> <p>PBGHGP 2024 Programa Brasileiro GHG Protocol. Ferramenta de cálculo, v2024.0.1_1 Ciclo 2024.</p> <p>MCTI 2024 MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA e INOVAÇÃO (MCTI). Fator médio - Inventários corporativos.</p>	
305-5	Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	<p>A contabilização das reduções de emissões de GEE segue metodologias reconhecidas e alinhadas às melhores práticas nacionais e internacionais, com base em medições diretas, dados operacionais auditáveis e fatores de emissão oficiais.</p> <p>As principais referências utilizadas incluem:</p> <p>ABNT NBR ISO 14064 – Quantificação e reporte de emissões de GEE;</p> <p>Programa Brasileiro GHG Protocol (PBGHGP) – Especificações técnicas e de verificação (FGV/GVces e WRI);</p> <p>IPCC 2006 e IPCC 2019 – Diretrizes para Inventários Nacionais de GEE;</p>	

		<p>Balanço Energético Nacional (BEN) – edições mais recentes aplicáveis;</p> <p>Publicações oficiais do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), conforme aplicável às categorias inventariadas.</p> <p>Adicionalmente, a organização adota mecanismos de compensação de emissões residuais, utilizando créditos de carbono oriundos de projetos registrados no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), com cancelamento formal em registro internacional, assegurando integridade ambiental, adicionalidade e rastreabilidade.</p> <p>Para fins de reporte, os “efeitos primários associados” às reduções de emissões correspondem às reduções diretas de GEE decorrentes de iniciativas implementadas pela organização, como melhorias de eficiência energética, substituição de fontes de energia e otimização operacional, mensuradas com base em metodologias reconhecidas e fatores de emissão aplicáveis.</p> <p>Já os “efeitos secundários significativos” referem-se a impactos indiretos relevantes associados às iniciativas de redução, tais como mudanças no consumo de energia ao longo do tempo, ganhos de eficiência sistêmica ou efeitos relacionados à cadeia de valor, quando aplicável. .</p>	
<b>GRI 306: Resíduos 2020</b>			
GRI 306-1	Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos	<p>O conceito adotado pela Yduqs para “Impactos significativos – reais e potenciais” é: A unidade operacional realiza a aquisição de produtos químicos licenciados pela polícia federal. Esses produtos são armazenados, e posteriormente fracionados para as práticas acadêmicas nos laboratórios. Após o manuseio desses produtos químicos durante as aulas práticas acadêmicas são direcionados para armazenamento em bombonas que são alocadas no abrigo temporário de resíduos. Posteriormente uma empresa legalmente habilitada pelos órgãos vigentes comparecerá mediante solicitação da unidade e abertura do manifesto de transporte de resíduos (MTR) para transportar e dar a destinação ambientalmente adequada aos resíduos armazenados.</p> <p>Os resíduos são gerados durante manuseio desses produtos químicos durante as aulas práticas acadêmicas (prestação de serviços) e, posteriormente endereçadas para destinação final ambientalmente adequada. Ou seja, não geramos subprodutos para outros processos produtivos.</p>	
GRI 306-2	Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos	<p>Para os resíduos, utilizamos como critério para determinar quais impactos são (ou não) significativos o tipo de resíduo gerado, o volume de geração, a forma de armazenamento, a prestação de coleta, transporte e destinação final por empresa habilitada. Essas variáveis ajudam a determinar os riscos reais e potenciais no dia a dia da operação da Yduqs.</p>	

<p>GRI 306-3</p>	<p>Resíduos gerados</p>	<p>A Companhia adota procedimento corporativo formal para a gestão de resíduos, denominado Procedimento de Gestão de Resíduos (PGE 05.184 e seus anexos), aplicável a todas as unidades operacionais. Esse procedimento estabelece diretrizes, responsabilidades e requisitos técnicos para a segregação, acondicionamento, armazenamento temporário, transporte e destinação ambientalmente adequada dos resíduos, em conformidade com a legislação ambiental vigente. Entre os requisitos estabelecidos, destaca-se a obrigatoriedade de emissão do Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR), quando aplicável, assegurando a rastreabilidade desde a geração até a destinação final.</p> <p>O monitoramento da gestão de resíduos é conduzido pela Coordenação Corporativa de Segurança do Trabalho e Meio Ambiente (SMA), que realiza verificações trimestrais dos registros nos sistemas oficiais dos órgãos ambientais competentes. Esse acompanhamento tem como objetivo assegurar a correta emissão dos MTR pelas unidades operacionais e confirmar que os prestadores de serviços licenciados realizaram o transporte, tratamento e destinação final em conformidade com os requisitos legais e contratuais. Como evidência da destinação final ambientalmente adequada, é exigido o Certificado de Destinação Final (CDF), documento que formaliza o recebimento e o tratamento dos resíduos pelos destinadores licenciados.</p> <p>Os dados provenientes dos CDF constituem a principal fonte de informação para o monitoramento e consolidação dos indicadores corporativos de geração de resíduos. A área corporativa realiza análise sistemática dessas informações, adotando ações corretivas sempre que identificadas inconsistências, ausência de confirmação de recebimento ou pendências na destinação final, incluindo contatos formais com os prestadores de serviço e, quando necessário, ações de realinhamento técnico ou treinamentos junto às unidades operacionais.</p> <p>Para as unidades cujos resíduos sólidos urbanos são destinados diretamente ao serviço público de coleta municipal, situação em que não há obrigatoriedade de emissão de MTR e CDF, a Companhia adota metodologia de estimativa baseada em referência técnica setorial, utilizando o fator de geração per capita estabelecido pela Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (ABREMA, 2025), correspondente a 384 kg de resíduos sólidos urbanos por habitante ao ano. Esse fator é aplicado à população fixa estimada de cada unidade operacional para quantificação indireta da geração de resíduos destinados ao sistema público de coleta.</p> <p>Essa abordagem metodológica assegura abrangência, completude e consistência dos dados reportados, especialmente nos casos em que não há rastreabilidade documental direta, garantindo que o indicador de resíduos gerados seja representativo das operações e alinhado aos princípios de transparência, precisão e comparabilidade estabelecidos pelo GRI 306-3 – Resíduos Gerados.</p>	
------------------	-------------------------	---	--

GRI 306-4	Resíduos não destinados para disposição final	<p>Os dados referentes aos resíduos desviados da disposição final são compilados com base em documentação ambiental oficial e registros fornecidos por prestadores de serviços e destinadores licenciados. A principal fonte de rastreabilidade é o Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR), que permite acompanhar o fluxo dos resíduos desde a unidade geradora até o destinador final, complementado, quando aplicável, pelo Certificado de Destinação Final (CDF).</p> <p>Os resíduos recicláveis são prioritariamente destinados a cooperativas de reciclagem locais devidamente regularizadas, mediante emissão do respectivo MTR, assegurando a formalização e rastreabilidade da destinação. A classificação como resíduos desviados da disposição final considera exclusivamente os volumes com comprovação documental de destinação para reciclagem, reutilização ou outras formas de valorização.</p> <p>Quando aplicável, informações complementares, como registros operacionais dos destinadores e dados de caracterização dos resíduos (gravimetria), são utilizadas para apoiar a consolidação dos indicadores. Essa abordagem visa assegurar a consistência e a rastreabilidade dos dados reportados, em alinhamento com os requisitos do GRI 306-4.</p>	
GRI 306-5	Resíduos destinados para disposição final	<p>Os dados foram compilados através de medições diretas. Sendo utilizadas as ferramentas Controle Interno, Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) e Gravimetrias</p> <p>Para as unidades que descartam resíduos comuns por meio da Prefeitura, e que não são passíveis de emissão de MTR. Foi aplicado um Fator de Correção baseado no estudo da Abrema do ano de 2023, onde cada habitante gera em torno de 380 kg de Resíduo Sólido Urbano (RSU) por habitante ao ano.</p> <p>Desta forma, os dados são compilados e consolidados para planejamento e controle operacional.</p>	
<b>GRI 308: Avaliação Ambiental de Fornecedores 2016</b>			
GRI 308-1	Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	O critério ambiental não foi utilizado como base na contratação de novos fornecedores. São considerados novos fornecedores todos aqueles contratados a partir de janeiro de 2025 até dezembro de 2025.	O critério ambiental não foi utilizado como base na contratação de novos fornecedores

GRI 308-2	Impactos ambientais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas	<p>Utilizamos ferramentas digitais de avaliação de fornecedores que avalia entre outras coisas os seguintes aspectos/impactos ambientais: possíveis autuações ambientais e embargos - Ibama (Matriz e filiais e sócios).</p> <p>O processo de integração com o ARIBA- SLP iniciou em Julho, com conclusão em Janeiro de 2024. Além dessa análise a ferramenta U-Qualify também busca as informações referentes a Autuações ambientais e embargos - Ibama (Matriz e filiais) e por estar integrado ao ARIBA-SLP a informação fica disponível para consulta e tomada de decisão com base nos dados, na ferramenta.</p> <p>Para fins deste indicador, a organização define “avaliação de fornecedores quanto a seus impactos ambientais” como o processo sistemático de análise de riscos e conformidade ambiental de terceiros, com base em dados públicos, registros regulatórios e critérios internos de due diligence.</p> <p>O conceito de “impactos ambientais negativos reais e potenciais” compreende quaisquer efeitos adversos ao meio ambiente associados às atividades dos fornecedores, incluindo, mas não se limitando a, autuações ambientais, embargos, descumprimento de requisitos legais, danos a recursos naturais e práticas que possam resultar em degradação ambiental, ainda que não materializadas no momento da avaliação.</p> <p>Já os “impactos ambientais negativos significativos – reais e potenciais” são definidos como aqueles que apresentam maior relevância em função de sua magnitude, gravidade, recorrência, abrangência geográfica ou potencial de sanções legais e reputacionais, podendo comprometer a continuidade operacional do fornecedor ou gerar riscos relevantes à organização. Essa classificação considera, entre outros fatores, a existência de autuações ou embargos ambientais relevantes, a reincidência de não conformidades e a criticidade do fornecedor para a cadeia de valor da companhia.</p>	
<b>GRI 401: Emprego 2016</b>			
GRI 401-1	Novas contratações e rotatividade de empregados	<p>Empregados: Vice-presidência; Diretoria; Gerência; Coordenação; Especialista; Supervisão; Administrativo; Apoio; Docentes; Estagiários; Aprendizes; Médicos residentes. O total de empregados admitidos foi obtido considerando nosso total de headcount considerando a quantidade de matrículas admitidas em 2025 (e não CPF). Para empregados desligados utilizamos dashboard interno de controle de rotatividade e se trata de desligados em 2025. O racional do cálculo utilizado é de: taxa de contratações = nº de novas contratações/ nº total de empregados (matrículas ativas no ano). E para taxa de rotatividade = nº de funcionários desligados/ nº total de empregados (com matrículas ativas em 2025).</p>	Em 2025 adotou-se o reporte dos valores em porcentagem (%), tendo sido realizada a conversão dos valores históricos de 2023 e 2024 para duas casas decimais.
GRI 401-2	Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados	<p>Empregados: Vice-presidência; Diretoria; Gerência; Coordenação; Especialista; Supervisão; Administrativo; Apoio; Docentes; Estagiários; Aprendizes; Médicos residentes.</p>	São todas as unidades operacionais contidas no portfólio da companhia que tenham colaboradores

	temporários ou de período parcial		elegíveis aos programas.
GRI 401-3	Licença maternidade/paternidade	<p>A apuração das informações referentes às licenças maternidade foi realizada a partir de relatórios extraídos do sistema ADP, contendo todos os registros de licenças com data de início em 2025. A contagem foi efetuada com base no número de pessoas, considerando que uma mesma colaboradora pode possuir mais de um registro de licença maternidade, como nos casos em que são lançadas licenças de 120 dias, bem como eventuais registros adicionais decorrentes de alta hospitalar ou prorrogação da licença por 14 dias, os quais utilizam os mesmos códigos de afastamento.</p> <p>As licenças são registradas no sistema por matrícula, uma vez que alguns colaboradores possuem mais de um vínculo na instituição. Dessa forma, uma colaboradora que possua, por exemplo, uma matrícula docente e outra administrativa terá dois registros de licença maternidade, um para cada matrícula. Historicamente, a organização utiliza o número de matrículas como base de registro, pois os afastamentos precisam ser lançados individualmente em cada vínculo. Em 2025, foram consideradas 17.085 matrículas ativas, sendo 9.401 femininas e 7.684 masculinas.</p> <p>Para o item referente ao retorno ao trabalho, foi utilizado o relatório da ADP contendo todas as licenças maternidade com data de retorno em 2025. A verificação da permanência na organização foi realizada por meio de cruzamento de dados (PROCV) entre esse relatório e a base completa de colaboradores e ex-colaboradores da YDUQS (REL.SOC), permitindo identificar a relação entre data de retorno da licença e eventual data de desligamento.</p> <p>Não há registro consolidado das licenças paternidade, pois esses afastamentos dependem do registro no sistema de ponto dos colaboradores, e parte dos empregados não possui controle formal de jornada.</p> <p>Para fins deste indicador, a organização adota como conceito de “empregados” os colaboradores com vínculo formal de trabalho ativo, conforme registrados nos sistemas corporativos de gestão de pessoas (ADP). Essa base contempla os profissionais incluídos na folha de pagamento da companhia, sendo a apuração realizada com base nas matrículas ativas e na consolidação por pessoa.</p> <p>As categorias profissionais incluídas ou eventualmente excluídas dessa base não são detalhadas de forma específica no período de reporte, sendo consideradas aquelas refletidas nos registros do sistema de gestão de pessoas utilizado para a apuração dos indicadores.</p>	

<b>GRI 402: Relações de Trabalho 2016</b>			
GRI 402-1	Prazo mínimo de aviso sobre mudanças operacionais	<p>A organização considera como "empregados": Vice-Presidência, Diretoria, Gerência, Coordenação, Supervisão, Administrativo, Especialista, Apoio, Docente, Trainee, Aprendizes.</p> <p>Quaisquer mudanças possam afetar substancialmente os empregados e seus representantes. Reestruturação, terceirização de operações, encerramento de atividades, expansões, novas unidades, aquisições, venda da totalidade ou de parte da organização ou fusões. Também as mudanças relacionadas a aspectos econômicos em acordos de negociação coletiva "empregados": empregados próprios contratados em regime CLT</p>	
<b>GRI 403: Saúde e Segurança do Trabalho 2018</b>			
GRI 403-1	Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	Empregados: Vice-presidência; Diretoria; Gerência; Coordenação; Especialista; Supervisão; Administrativo; Apoio; Docentes; Aprendizes.	
GRI 403-2	Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes	<p>A organização considera como "não-empregados" os estagiários e médicos residentes, conforme definição adotada para fins de gestão de saúde e segurança do trabalho. Esses profissionais possuem regimes de contratação distintos dos empregados formais, sendo os estagiários vinculados por meio de termos de estágio e os médicos residentes por programas de formação específicos, não caracterizando vínculo empregatício direto com a companhia.</p> <p>Empregados: Vice-presidência; Diretoria; Gerência; Coordenação; Especialista; Supervisão; Administrativo; Apoio; Docentes; Aprendizes.</p> <p>No âmbito do sistema de gestão de saúde e segurança, os mecanismos de identificação de perigos, avaliação de riscos e investigação de incidentes são aplicáveis tanto a empregados quanto a não-empregados, considerando suas atividades no ambiente operacional. Entretanto, os limites operacionais e a abrangência das ações podem variar conforme o tipo de vínculo e o nível de controle exercido pela organização sobre as atividades desempenhadas.</p>	
GRI 403-3	Serviços de saúde no trabalho	<p>Empregados: Vice-presidência; Diretoria; Gerência; Coordenação; Especialista; Supervisão; Administrativo; Apoio; Docentes; Aprendizes.</p> <p>A organização considera como "não-empregados": estagiários e médicos residentes.</p>	

GRI 403-4	Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho	Empregados: Vice-presidência; Diretoria; Gerência; Coordenação; Especialista; Supervisão; Administrativo; Apoio; Docentes; Aprendizes. A organização considera como "não-empregados": estagiários e médicos residentes.	
GRI 403-5	Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho	Empregados: Vice-presidência; Diretoria; Gerência; Coordenação; Especialista; Supervisão; Administrativo; Apoio; Docentes; Aprendizes. A organização considera como "não-empregados": estagiários e médicos residentes.	
GRI 403-6	Promoção da saúde do trabalhador	Empregados: Vice-presidência; Diretoria; Gerência; Coordenação; Especialista; Supervisão; Administrativo; Apoio; Docentes; Aprendizes. A organização considera como "não-empregados": estagiários e médicos residentes.	
GRI 403-7	Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios	A organização compreende como "impactos significativos na saúde e segurança do trabalho", os acidentes de trabalho, absenteísmo, diminuição da produtividade e qualidade de vida do colaborador	
GRI 403-8	Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	Empregados: Vice-presidência; Diretoria; Gerência; Coordenação; Especialista; Supervisão; Administrativo; Apoio; Docentes; Aprendizes. A organização considera como "não-empregados": estagiários e médicos residentes.	

GRI 403-9	Acidentes de trabalho	<p>Empregados: Vice-presidência; Diretoria; Gerência; Coordenação; Especialista; Supervisão; Administrativo; Apoio; Docentes; Aprendizizes. A organização considera como "não-empregados": estagiários e médicos residentes.</p> <p>Os índices foram calculados com base em 1 milhão de horas trabalhadas e com base nas exigências da NR 04. Os principais tipos de acidente típico de trabalho se referem a quedas de mesmo nível ou com diferença de nível e acidentes com materiais perfurocortantes. Não são controlados acidentes de terceiros ou colaboradores não empregados.</p> <p>O conceito adotado pela organização para "acidentes de trabalho com consequência grave" - Aqueles que resultam em morte, aqueles que resultam em mutilações e aqueles que acontecem com menores de 18 anos, com afastamento superior a 15 dias, e encaminhamento do INSS. O conceito adotado pela organização para "acidentes de trabalho de comunicação obrigatória" - A organização entende que todas as ocorrências configuradas como acidentes de trabalho são de comunicação obrigatória. São emitidos o CAT (Comunicação de acidente do trabalho) em todas essas ocorrências. A base que compõe o número total de horas trabalhadas considerado. A base é o número de ativos que são informados mensalmente pelo time de CSC Gente (área de folha). O SOC (Sistema Integrado de Gestão de Saúde Ocupacional) é o sistema de gestão que centraliza todos os relatórios de acidentes (CAT) que são emitidos. O sistema dá base aos dados mostrados no indicador, assim como todos os dados de Saúde e Segurança do Trabalho da organização.</p>	
GRI 403-10	Doenças profissionais	<p>Empregados: Vice-presidência; Diretoria; Gerência; Coordenação; Especialista; Supervisão; Administrativo; Apoio; Docentes; Aprendizizes. A organização considera como "não-empregados": estagiários e médicos residentes. O conceito adotado pela organização para "doenças profissionais de comunicação obrigatória" - A organização entende como todas as doenças geradas, única e exclusivamente, no ambiente de trabalho que necessite de afastamento. A comunicação é obrigatória para todas as doenças. Não são controladas doenças de terceiros ou colaboradores não empregados.</p>	
<b>GRI 404: Capacitação e Educação 2016</b>			
GRI 404-1	Média de horas de capacitação por ano, por empregado	<p>O indicador 404-1 é calculado com base nas horas de treinamento controladas pela Educare. Média de horas: quantidade total de horas de treinamento dividido pela quantidade de colaboradores por gênero que ocupa a categoria funcional. Qualquer curso oferecido da YDUQS consumidos por colaboradores (Matrícula) A organização considera como "empregados": Vice- Presidência, Diretoria, Gerência, Coordenação, Supervisão, Administrativo, Especialista, Apoio, Docente, Trainee, Aprendizizes. "Não-empregados": Estagiários e Médicos Residentes</p>	<p>Em 2024 e 2025, médicos residentes estão considerados dentro da categoria "Preceptores/tutores". A partir do ano base 2026 não será mais reportada a categoria funcional de médicos residentes.</p>

		<p>São consideradas as horas realizadas de treinamento por matrícula no período referente ao relato, mesmo que esta já não esteja ativa no momento da apuração.</p> <p>As categorias funcionais foram estratificadas com base na estrutura organizacional da Companhia, considerando os diferentes níveis hierárquicos e atribuições de responsabilidade, desde posições executivas até operacionais e acadêmicas. A classificação contempla cargos com funções e escopos de atuação similares, permitindo a análise comparável das horas de capacitação entre grupos com características equivalentes.</p>	
GRI 404-3	<p>Percentual de empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira</p>	<p>A resposta leva em consideração os colaboradores admitidos até Dez/2025. Características que distinguem os ciclos de avaliações que possuímos:</p> <p>1. Ciclo de Gente: Esta avaliação é destinada exclusivamente às funções administrativas, não incluindo os agrupamentos "professores" e "coordenadores de curso". São considerados aptos à avaliação os colaboradores admitidos até 30 de setembro de 2023 (coluna H). Adicionalmente, há cargos que não são elegíveis ao ciclo, conforme especificado na coluna I do arquivo anexado. No cálculo em questão, são considerados apenas os colaboradores que atendem aos requisitos de tempo de casa para avaliação e ocupam cargos elegíveis para o ciclo.</p> <p>2. Avaliação Docente e Coordenador de Curso: Esta avaliação é destinada aos docentes e coordenadores de curso da companhia. Assim como na avaliação anterior, há requisitos de elegibilidade: ter lecionado durante os semestres 2023.2 e 2024.1 por, no mínimo, três meses. Para o cálculo da taxa, utilizamos esta premissa de elegibilidade, considerando apenas os colaboradores que atendem aos critérios estabelecidos.</p> <p>colaboradores - A organização considera como "empregados": Vice-Presidência, Diretoria, Gerência, Coordenação, Supervisão, Administrativo, Especialista, Apoio, Docente, Trainee, Aprendizes.</p> <p>As categorias médicos residentes, estagiários e aprendizes não são considerados, por não entrarem no ciclo padrão de avaliação.</p>	
<b>GRI 405: Diversidade e Igualdade de Oportunidades 2016</b>			
GRI 405-1	<p>Diversidade em órgãos de governança e empregados</p>	<p>Empregados: Vice-presidência; Diretoria; Gerência; Coordenação; Coordenadores de cursos, Especialista; Supervisão; Analistas; Assistentes; Docentes; Estagiários; Aprendizes; Médicos residentes, Preceptores/tutores, trainee.</p> <p>Estratificação das categorias funcionais:  Analistas - advogado, analista, arquiteto, auditor interno, cientista dados, cinegrafista, comprador, consultor comercial, curador adjunto, data analyst, desenhista projetista, desenvolvedor automação, desenvolvedor back end, desenvolvedor front end, desenvolvedor fullstack, designer experiência de aprendizagem, designer gráfico, designer produto, designer ui, diagramador, editor i, enfermeiro trabalho, engenheiro civil, engenheiro dados, executivo contas, executivo vendas, preposto, product owner, produtor</p>	<p>Em 2025, médicos residentes estão considerados dentro da categoria de "Preceptores/tutores"</p>

áudio visual, produtor operações áudio visual, redator, roteirista, secretaria executiva, sonoplasta, técnico designer produto ii, videografo.

Aprendizes - aprendiz auxiliar de escritório

Auxiliar/assistente - agente comercial, agente comunitário, agente segurança, apoio acadêmico, ascensorista, assistente, atendente csc, auxiliar, bibliotecário, chefe manutenção, consultor comercial, consultor expansão, consultor interno expansão, copeiro, costureiro, editor, eletricitista, encarregado manutenção, iluminador eletricitista, inspetor alunos, inspetor de segurança, interprete, jardineiro, operador câmera, operador telemarketing ii, pedreiro, porteiro, protético, psicólogo de suporte ao aluno, recepcionista, representante vendas, responsável naap, responsável técnico fisioterapia, responsável técnico psicologia, responsável técnico veterinário, segurança, servente de pedreiro, técnico de laboratório, técnico designer produto i, técnico edificações, técnico enfermagem, técnico enfermagem do trabalho, técnico informática, técnico laboratório, técnico manutenção, técnico radiologia, técnico segurança do trabalho, técnico suporte de ti, telefonista, vigia

Coordenadores - agile coach, business partner gente e gestão, coordenador, curador líder, diretor unidade, gerente acadêmico, gerente comercial, gerente de planejamento e controle, gerente educação corporativa, gerente ensino pós graduação, gerente regional pós graduação, gerente regulatório, gerente suporte acadêmico, gestor nacional de área, gestor nacional de curso, gestor polo ead

Coordenadores de curso - coord curso ead, coordenador acadêmico de curso, coordenador curso, coordenador de pós graduação, coordenador especialista, coordenador npj, coordenador operações

Diretores – diretor

Docentes - prof adj, prof assist, prof aux, prof i a, prof medico adj, prof medico assist i, prof medico aux, prof medico tit, prof tit, professor, professor adjunto, professor assistente, professor auxiliar, professor de ead, professor didática, professor ensino profissionalizante, professor ensino superior, professor especialista, professor titular, professor v

Especialistas - arquiteto soluções cloud, consultor diversidade, consultor gente e gestão, consultor projetos de ti, curador, especialista, especialista ppo, especialista regulatório, medico trabalho

Estagiários – estagiário, estagiário corp

Gerentes - diretor área, diretor novos negócios e pós, diretor pesquisa e extensão, diretor polo ead, gerente, group product manager

		<p>Preceptor/tutor - advogado assistente, advogado npj, advogado orientador, enfermeiro, farmacêutico, fisioterapeuta, instrutor técnico, mediador npj, médico residente, médico veterinário, nutricionista, orientador de serviço social, orientador educacional, preceptor, tutor, tutor ead, tutor ensino profissionalizante, tutor pedagógico, tutor presencial ead, veterinário</p> <p>Presidência e vice-presidência - ceo Estácio e Wyden, ceo Idomed, cfo e vice-presidente corporativo, diretor sênior gente gestão, presidente, vice-presidente esg e relações institucionais e pr, vice-presidente negócios e crescimento e ceo lbmec, vice-presidente vendas e marketing</p> <p>Supervisores - líder de laboratório, líder sala de matrícula, supervisor</p> <p>Trainees - trainees</p>	
GRI 405-2	<p>Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens</p>	<p>O indicador 405-2 é calculado com base nos dados consolidados na posição de 31/12/2025. Empregados: Vice-presidência; Diretoria; Gerência; Coordenação; Especialista; Supervisão; Trainees, Administrativo, Docentes, Apoio e Aprendizizes.</p> <p>O racional de cálculo utilizado no reporte considerou o salário base (salário bruto em folha) e a remuneração fixa (salário bruto acrescido de ATS), analisados por gênero. Destaca-se que, a remuneração variável não foi considerada na composição dos valores apresentados.</p> <p>Estratificação das categorias funcionais:  Analistas - advogado, analista, arquiteto, auditor interno, cientista dados, cinegrafista, comprador, consultor comercial, curador adjunto, data analyst, desenhista projetista, desenvolvedor automação, desenvolvedor back end, desenvolvedor front end, desenvolvedor fullstack, designer experiencia de aprendizagem, designer gráfico, designer produto, designer ui, diagramador, editor i, enfermeiro trabalho, engenheiro civil, engenheiro dados, executivo contas, executivo vendas, preposto, product owner, produtor áudio visual, produtor operações áudio visual, redator, roteirista, secretaria executiva, sonoplasta, técnico designer produto ii, videografaista.</p> <p>Aprendizes - aprendiz auxiliar de escritório</p> <p>Auxiliar/assistente - agente comercial, agente comunitário, agente segurança, apoio acadêmico, ascensorista, assistente, atendente csc, auxiliar, bibliotecário, chefe manutenção, consultor comercial, consultor expansão, consultor interno expansão, copeiro, costureiro, editor, eletricista, encarregado manutenção, iluminador eletricista, inspetor alunos, inspetor de segurança, interprete, jardineiro, operador câmera, operador telemarketing ii, pedreiro, porteiro, protético, psicólogo de suporte ao aluno, recepcionista, representante vendas, responsável naap, responsável técnico fisioterapia, responsável técnico psicologia, responsável técnico veterinário, segurança, servente de</p>	

pedreiro, técnico de laboratório, técnico designer produto i, técnico edificações, técnico enfermagem, técnico enfermagem do trabalho, técnico informática, técnico laboratório, técnico manutenção, técnico radiologia, técnico segurança do trabalho, técnico suporte de ti, telefonista, vigia

Coordenadores - agile coach, business partner gente e gestão, coordenador, curador líder, diretor unidade, gerente acadêmico, gerente comercial, gerente de planejamento e controle, gerente educação corporativa, gerente ensino pós graduação, gerente regional pós graduação, gerente regulatório, gerente suporte acadêmico, gestor nacional de área, gestor nacional de curso, gestor polo ead

Coordenadores de curso - coord curso ead, coordenador acadêmico de curso, coordenador curso, coordenador de pós graduação, coordenador especialista, coordenador npj, coordenador operações

Diretores – diretor

Docentes - prof adj, prof assist, prof aux, prof i a, prof medico adj, prof medico assist i, prof medico aux, prof medico tit, prof tit, professor, professor adjunto, professor assistente, professor auxiliar, professor de ead, professor didática, professor ensino profissionalizante, professor ensino superior, professor especialista, professor titular, professor v

Especialistas - arquiteto soluções cloud, consultor diversidade, consultor gente e gestão, consultor projetos de ti, curador, especialista, especialista ppo, especialista regulatório, medico trabalho

Estagiários – estagiário, estagiário corp

Gerentes - diretor área, diretor novos negócios e pós, diretor pesquisa e extensão, diretor polo ead, gerente, group product manager

Preceptor/tutor - advogado assistente, advogado npj, advogado orientador, enfermeiro, farmacêutico, fisioterapeuta, instrutor técnico, mediador npj, médico residente, médico veterinário, nutricionista, orientador de serviço social, orientador educacional, preceptor, tutor, tutor ead, tutor ensino profissionalizante, tutor pedagógico, tutor presencial ead, veterinário

Presidência e vice-presidência - ceo Estácio e Wyden, ceo Idomed, cfo e vice-presidente corporativo, diretor sênior gente gestão, presidente, vice-presidente esg e relações institucionais e pr, vice-presidente negócios e crescimento e ceo lbmec, vice-presidente vendas e marketing

Supervisores - líder de laboratório, líder sala de matrícula, supervisor

		Trainees - trainees	
<b>GRI 406: Não Discriminação 2016</b>			
406-1	Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	<p>A base de dados de casos de discriminação utilizada pela organização no ano de 2025 contém relatos que trazem em seu conteúdo o tema “discriminação”. A seleção foi feita em duas etapas: a primeira, com base exclusivamente na classificação feita pelo próprio relator ao registrar a denúncia em nosso Canal Confidencial. O relator tem, dentre as tipologias disponibilizadas no campo “Assunto do Código de Ética e Conduta relacionado a esse relato”, “comportamento preconceituoso” e, no campo seguinte (“Classificação do Incidente”), a opção “discriminação”.</p> <p>A segunda etapa considera casos que, embora tenham sido classificados pelo relator, ao registrar a denúncia em nosso Canal Confidencial, com tipologias distintas (por exemplo, “assédio moral”), trazem, em seu conteúdo, algum aspecto de discriminação. Nesses casos, a equipe de Compliance classifica internamente o relato como “discriminação”.</p> <p>Para fins de consolidação desta base, são excluídos os casos de assédio sexual e de assédio moral que não apresentem, em seu conteúdo, elementos caracterizadores de discriminação, de modo a assegurar a consistência metodológica e a aderência ao conceito adotado pela organização.</p> <p><b>DISCRIMINAÇÃO:</b> Ato ou comportamento de distinção, exclusão ou preferência baseada em características pessoais, como raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social, que tenha o efeito de prejudicar a igualdade de oportunidades ou de tratamento no ambiente de trabalho.</p>	
<b>GRI 410: Práticas de Segurança 2016</b>			
GRI 410-1	Pessoal de segurança capacitado em políticas ou procedimentos de direitos humanos	<p>Conteúdo específico de Direitos Humanos: o combate a qualquer forma de discriminação, assédio ou abuso; a promoção da igualdade de oportunidades; e a valorização da dignidade humana em todas as relações institucionais.</p> <p>O Treinamento ainda não foi aplicado aos parceiros de segurança, com isso não houve o cálculo de porcentagem.</p>	
<b>GRI 414: Avaliação Social de Fornecedores 2016</b>			
GRI 414-1	Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais	<p>São avaliados diversos documentos, inclusive a certidão negativa referente ao FGTS e consulta à lista de empregadores que submeteram trabalhadores a condições análogas à escravidão da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT).</p> <p>São considerados novos fornecedores todos aqueles contratados a partir de janeiro de 2025 até dezembro de 2025.</p>	

		O percentual foi calculado com base na proporção de novos fornecedores selecionados a partir de critérios sociais em relação ao total de novos fornecedores elegíveis no período reportado.	
GRI 414-2	Impactos sociais negativos da cadeia de fornecedores e medidas tomadas	<p>A identificação e o monitoramento de fornecedores quanto a impactos sociais são realizados por meio de sistema especializado gerenciado por terceiros, que utiliza critérios e bases de dados estruturadas para avaliação automática. Esse sistema considera informações públicas e documentais, incluindo registros regulatórios, bases governamentais e evidências relacionadas a aspectos sociais, como conformidade trabalhista e práticas relacionadas a direitos humanos.</p> <p>A partir dessas informações, o sistema realiza a classificação dos fornecedores quanto à existência de impactos sociais negativos reais ou potenciais.</p> <p>São avaliados diversos documentos, inclusive a certidão negativa referente ao FGTS e consulta a lista de empregadores que submeteram trabalhadores a condições análogas à de escravo da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT).</p> <p>Impacto social negativos reais são todos aqueles que violam algum direito humano. Risco social está ligado a fatores éticos, sociais e ambientais, por exemplo, escândalos, desastres, qualquer atividade que infrinja direitos humanos, etc.</p>	
<b>GRI 415: Políticas Públicas 2016</b>			
GRI 415-1	Contribuições políticas	A YDUQS não realiza contribuições políticas.	
<b>GRI 418: Privacidade do Cliente 2016</b>			
GRI 418-1	Queixas comprovadas relativas a violação da privacidade e perda de dados de clientes	<p>Queixas recebidas de partes externas e comprovadas pela organização trata-se do volume de solicitações de titulares, no canal dedicado para isso.</p> <p>O conceito adotado pela organização para "violação da privacidade do cliente", envolvem a quebra de proteção das informações ou dados pessoais, contra o uso indevido ou furto.</p> <p>Os conceitos adotados pela organização para "queixas comprovadas" são: notificação por escrito emitida por agência reguladora ou órgão oficial similar endereçada à organização identificando violações da privacidade do cliente, ou queixa apresentada à organização que tenha sido reconhecida como legítima pela organização.</p>	

		<p>A organização compreende como vazamentos, furtos ou perdas de dados de clientes", o mesmo significado da ANPD, como todo evento adverso confirmado que comprometa a confidencialidade, integridade ou disponibilidade de dados pessoais.</p> <p>A organização entende que um volume de mais de 1000 titulares afetados por um incidente é um número significativo.</p>	
--	--	---	--

SASB – Education			
Código	Conteúdos	Detalhamento do critério	Exceções/alterações nos limites e período do reporte
SV-ED-230a.1	Descrição da abordagem para identificar e abordar riscos de segurança de dados	<p>A gestão de riscos de segurança da informação é baseada em uma abordagem em camadas, com controles perimetrais e de aplicação, como DMZ, NGFW, IDS/IPS, CDN, WAF e balanceadores de carga, que atuam na prevenção de acessos indevidos e ataques cibernéticos.</p> <p>O monitoramento contínuo é realizado por meio de SIEM, com atuação do Security Operation Center (SOC) na análise de eventos, resposta a incidentes e aprimoramento dos controles. Testes de intrusão são conduzidos regularmente para identificação de vulnerabilidades.</p> <p>A governança dos incidentes ocorre via Comitê de Riscos, e o programa de segurança é estruturado com base no CIS Controls, com meta de certificação ISO 27001 até 2030.</p> <p>São adotados controles específicos de proteção de dados, como Data Loss Prevention (DLP), cofre de senhas, proteção de APIs e rotulagem de documentos e e-mails.</p> <p>A efetividade do programa é monitorada periodicamente, tendo alcançado 95,5% de conformidade em avaliação externa realizada em dezembro de 2025.</p>	
SV-ED-230a.2	Descrição das políticas e práticas relacionadas à coleta, uso e retenção de informações dos alunos	<p>Atualmente, a metodologia adotada pela companhia para elaboração de PIAs ou DPIAs é on demand, ou seja, esses documentos são elaborados conforme o Escritório de Privacidade identifica a necessidade de avaliação mais aprofundada de determinadas atividades de tratamento. Isso ocorre porque, à luz dos atuais normativos da ANPD e das disposições da LGPD, entende-se que não há</p>	

		necessidade de elaboração prévia de documentos regulatórios dessa natureza.	
SV-ED-260a.1	Taxa de graduação	<p>A Companhia mantém um sistema estruturado de monitoramento de desempenho acadêmico, incluindo indicadores de conclusão, evasão e permanência, acompanhados por meio de coortes semestrais. Esses indicadores são utilizados na gestão acadêmica e regulatória, em conformidade com as diretrizes aplicáveis ao ensino superior no Brasil.</p> <p>No contexto regulatório brasileiro, o acompanhamento do desempenho acadêmico é orientado por normas do Ministério da Educação (MEC), com operacionalização pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e diretrizes do Conselho Nacional de Educação (CNE). Destacam-se, nesse âmbito, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861/2004, que estabelece a avaliação institucional, de cursos e do desempenho dos estudantes; bem como os instrumentos de avaliação e indicadores oficiais, como o Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Índice Geral de Cursos (IGC), que incorporam variáveis relacionadas ao desempenho e trajetória acadêmica dos alunos.</p> <p>Adicionalmente, o Censo da Educação Superior, conduzido anualmente pelo INEP, exige o reporte detalhado de informações acadêmicas, incluindo dados de matrícula, ingresso, permanência, evasão e conclusão de curso, os quais subsidiam a formulação de políticas públicas e a regulação do setor. Embora não haja, na regulamentação brasileira, a obrigatoriedade de cálculo da taxa de graduação com base em uma janela fixa de 150% do tempo de integralização, conforme proposto pela metodologia SASB, as instituições de ensino superior devem assegurar a rastreabilidade e consistência dos dados acadêmicos</p>	

		<p>reportados, bem como a adoção de mecanismos internos de acompanhamento da trajetória discente.</p> <p>Nesse contexto, para o ano-base 2025, a Companhia optou por não reportar o indicador de Taxa de Graduação conforme a metodologia específica da SASB, uma vez que a aplicação da janela temporal de 150% não reflete adequadamente a dinâmica de acompanhamento adotada internamente, baseada em coortes semestrais, nem as práticas regulatórias brasileiras. A adoção dessa metodologia poderia gerar distorções na análise de desempenho e comprometer a comparabilidade interna entre diferentes ciclos acadêmicos, além de não capturar integralmente as especificidades do modelo educacional da Companhia.</p>	
SV-ED-260a.2	Taxa de conclusão no prazo	<p>A Companhia mantém um sistema estruturado de monitoramento de desempenho acadêmico, incluindo a taxa de conclusão no prazo, acompanhada por meio de coortes semestrais. Para fins de gestão interna, o indicador considera a trajetória acadêmica dos estudantes desde o ingresso até a conclusão, com base em critérios definidos a partir da duração prevista de cada curso.</p> <p><b>Metodologia de cálculo (abordagem interna):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Tempo normal para conclusão:</b> corresponde à duração mínima prevista na matriz curricular de cada curso, conforme estabelecido no respectivo Projeto Pedagógico de Curso (PPC), aprovado pelas instâncias acadêmicas e em conformidade com as diretrizes do Ministério da Educação (MEC).</li> <li>• <b>Concluintes no prazo (100%):</b> são considerados os estudantes que integralizam a carga horária total do curso e colam grau dentro do período equivalente a</li> </ul>	

100% do tempo mínimo de integralização definido no PPC, contado a partir do ingresso na coorte.

No Brasil, o acompanhamento da trajetória acadêmica dos estudantes é orientado por um conjunto de normas e instrumentos regulatórios do Ministério da Educação (MEC), com execução pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e diretrizes do Conselho Nacional de Educação (CNE). Destacam-se:

- A Lei nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), estabelecendo a avaliação institucional, de cursos e do desempenho dos estudantes;
- O Censo da Educação Superior (INEP), que exige o reporte anual de dados detalhados sobre ingresso, matrícula, evasão e conclusão, permitindo o acompanhamento da trajetória discente;
- As Diretrizes Curriculares Nacionais (CNE) e normativos do MEC, que definem a carga horária mínima, duração dos cursos e critérios de integralização;
- Instrumentos de avaliação como o Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Índice Geral de Cursos (IGC), que consideram variáveis relacionadas ao desempenho acadêmico e permanência dos estudantes.

Para o presente relatório (ano-base 2025), a Companhia optou pela não inclusão do indicador sob a metodologia específica da norma SASB (Education Standard), que preconiza janela temporal fixa de 100% do tempo normal de conclusão.

Identificamos que a aplicação estrita desta metodologia, neste momento, apresenta as seguintes limitações para a realidade da nossa operação:

		<p>Divergência de Temporalidade: A janela de 100% não reflete com precisão a dinâmica de acompanhamento anual das nossas coortes, podendo gerar distorções na percepção de desempenho entre diferentes ciclos.</p> <p>Riscos de Comparabilidade: A divulgação desses dados, sob a ótica SASB atual, poderia induzir a interpretações imprecisas sobre a eficiência acadêmica, uma vez que o modelo não captura integralmente as especificidades do percurso do aluno em nosso modelo de ensino.</p>	
SV-ED-260a.3	Taxa de colocação no mercado de trabalho	A taxa de colocação profissional é calculada com base na proporção de concluintes que se encontram inseridos no mercado de trabalho em relação ao total de concluintes no mesmo período ou coorte. A fórmula do indicador corresponde ao número de concluintes inseridos no mercado de trabalho dividido pelo número total de concluintes, multiplicado por 100.	
SV-ED-260a.6	Descrição das políticas relacionadas ao endividamento estudantil e inadimplência nos empréstimos do programa.	<p>O detalhamento considera exclusivamente os modelos de financiamento estudantil nos quais o relacionamento financeiro ocorre diretamente entre o aluno e o agente financiador, seja ele público ou privado. No caso dos financiamentos privados, são contemplados parceiros especializados e produtos financeiros ofertados por instituições bancárias, cuja utilização se concentra majoritariamente entre estudantes do curso de Medicina, em função do maior valor das mensalidades e da limitação de vagas.</p> <p>No financiamento público, é considerado o FIES, programa do Ministério da Educação, igualmente com maior incidência no curso de Medicina. Em ambos os modelos, as obrigações financeiras são quitadas diretamente pelos estudantes junto aos agentes financeiros, razão pela qual as Instituições de Ensino Superior não detêm controle nem acesso às informações de inadimplência. Excepcionalmente no FIES, conforme a legislação vigente, as Instituições participam do Fundo Garantidor (FG-FIES), com aporte de até 27,5%, destinado à cobertura parcial da inadimplência</p>	

		dos alunos financiados, enquanto, nos modelos privados, esse risco é absorvido pelos próprios agentes financeiros conforme as condições comerciais pactuadas.	
SV-ED-270a.2	Valor total de perdas monetárias resultantes de processos judiciais associados a publicidade, marketing e divulgações obrigatórias Nota SV-ED-270a.2 – A entidade deve descrever brevemente a natureza, o contexto e quaisquer ações corretivas tomadas como resultado das perdas monetárias	Censo da Educação Superior, MEC	Não houve casos de prejuízos financeiros, frente às definições dos produtos e serviços prestados em 2025.
SV-ED-000.D	Número de professores e todos os outros funcionários	Para fins de apuração, o corpo docente inclui professores, docentes adjuntos, instrutores e outros profissionais diretamente envolvidos nas atividades de ensino, enquanto os demais funcionários abrangem todas as demais funções administrativas, operacionais e de suporte	